

ULP LR

ULP LAW REVIEW
REVISTA DE DIREITO DA ULP

BI-ANUAL | BI-ANNUAL

VOL. 16

Nº1 e Nº2

2022



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO



GUEST ARTICLES

CARLOS MARIA ROMEO CASABONA - LA ATRIBUCIÓN DE RESPONSABILIDAD PENAL POR LOS HECHOS COMETIDOS POR SISTEMAS AUTÓNOMOS INTELIGENTES, ROBÓTICA Y TECNOLOGÍAS CONEXAS

PAGE 7

ARTICLES

CRISTINA CRUZ - KEEPING UP WITH THE LATEST WORKING TIME CASE LAW

PAGE 40

VARIA

FRANCISCO BRIOSA E GALA - O ALARGAMENTO DO PERÍODO EXPERIMENTAL PARA TRABALHADORES À PROCURA DE PRIMEIRO EMPREGO E DESEMPREGADOS DE LONGA DURAÇÃO. COMENTÁRIO AO ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL, DE 18 DE MAIO DE 2021 (ACÓRDÃO N.º 318/2021).

PAGE 96

ULPLR

ULP LAW REVIEW
REVISTA DE DIREITO DA ULP

DIREÇÃO

Inês Fernandes Godinho
Nuno Castro Marques
Fábio Veiga

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Alzina Lozano (Espanha)
David Pavón Herradón (Espanha)
Fábio Davila (Brasil)
Felix Steffek (R.U.)
Fernando Carbajo Cascón (Espanha)
Javier Barcelo Domenech (Espanha)
Joachim Renzikowski (Alemanha)
João Pateira Ferreira (Portugal)
João Sousa Assis – (Portugal)
José Manuel Aroso Linhares (Portugal)
Kanpirom Kamalarajun (Tailândia)
Laura Mayer Lux (Chile)
Manuel Cabugueira (Portugal)
Maria Natália Gonçalves (Portugal)
Mateusz Klinowski (Polónia)
Nuria Pastor (Espanha)
Paulo Sousa Pinheiro (Portugal)
Renata Oliveira (Brasil)
Sérgio Seminara (Italia)
Urs Kindhäuser (Alemanha)

CONSELHO DE REDAÇÃO

José de Faria Costa
Rui de Albuquerque
Maria do Rosário Anjos
Alexandra Vilela

DESIGN GRÁFICO

Lurdes Freitas



Periodicidade: semestral

Proprietário: Cofac-Cooperativa de Formação e Animação Cultural, crl

NIPC: 501679529

Sede: Av.º do Campo Grande, 376, 1700-097 Lisboa

Redação: Rua Augusto Rosa, 24, 4000-098 Porto

Estatuto Editorial disponível em: <https://revistas.ulsofona.pt/index.php/rfdulp/about>

CONTENTS/ÍNDICE

Editorial	5
Guest articles/Contribuições de autores convidados	
Carlos Maria Romeo Casabona La atribución de responsabilidad penal por los hechos cometidos por sistemas autónomos inteligentes, robótica y tecnologías conexas	7
Manuel Ángel de las Heras García Apoyos y discapacidad tras año y medio de la Ley 8/2021	17
Articles/Doutrina	
Cristina Cruz Keeping up with the latest working time case law	40
Maria de Lurdes Vargas Hashtags na publicidade: do uso consentido ao hijacking. Fronteiras entre práticas ilícitas e liberdade de expressão	53
Bruno Bessa Lopes/Maria João Machado Da conversão do contrato de trabalho a termo	66
Maria João Tedim Direito Administrativo Global	78
Cláudio Cardona Pactum de quota litis: a deontological analysis from Brazil and Portugal	87

Varia

Francisco Biosa e Gala

○ alargamento do período experimental para trabalhadores à procura de primeiro emprego e desempregados de longa duração. Comentário ao Acórdão do Tribunal Constitucional, de 18 de Maio de 2021 (Acórdão n.º 318/2021).

96

Ana Sirage Coimbra

○ xadrez dos dados pessoais no acesso à informação laboral – uma reflexão a partir do quadro de pessoal anexo ao Relatório Único

111

Francisco Lemos de Almeida

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 268/2022: sobre uma profecia que se cumpre por si mesma?

124

EDITORIAL

Depois de um número especial, dedicado à investigação realizada no CEAD Francisco Suárez (Research Outputs), dedicado à **Empresa como objeto de investigação policêntrica**, a ULP Law Review (ULPLR) regressa ao formato generalista, apresentando artigos de diferentes áreas jurídicas. Esta edição corresponde aos dois números de 2022.

A intencionalidade da ULPLR de contribuir com uma visão distintiva afirma-se também neste número, que pode novamente contar com autores de diversas áreas e latitudes, onde habitam igualmente temas atuais e múltiplos.

Como habitualmente, a edição de 2022 começa com as contribuições de autores convidados, contando presente número com artigo de Carlos Maria Romeo Casabona (“La atribución de responsabilidad penal por los hechos cometidos por sistemas autónomos inteligentes, robótica y tecnologías conexas”), seguido de um artigo de Manuel Ángel de las Heras García (“**Apoyos y discapacidad tras año y medio de la Ley 8/2021**”), que refletem o crescente diálogo ibérico potenciado pela ULPLR.

A secção dos artigos doutrinários com dupla revisão anónima por pares, começa com o artigo de Cristina Cruz (“Keeping up with the latest working time case law”), e apresenta ainda, na área do Direito Laboral, o artigo de Bruno Bessa Lopes/Maria João Machado (“Da conversão do contrato de trabalho a termo”).

No âmbito do Direito Privado, são publicados os artigos de Maria de Lurdes Vargas (“Hashtags na publicidade: do uso consentido ao hijacking. Fronteiras entre práticas ilícitas e liberdade de expressão”) e de Cláudio Cardona (“Pactum de quota litis: a deontological analysis from Brazil and Portugal”).

Na área do Direito Público, esta edição conta com o artigo de Maria João Melo Tedim (“Direito Administrativo Global”).

Na secção VARIA, temos relevantes contributos de análise de legislação e

de jurisprudência. No patamar da jurisprudência, as análises de Francisco Briosa e Gala (“O alargamento do período experimental para trabalhadores à procura de primeiro emprego e desempregados de longa duração. Comentário ao Acórdão do Tribunal Constitucional, de 18 de Maio de 2021 (Acórdão n.º 318/2021)”) e Francisco Lemos de Almeida (“Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 268/2022: sobre uma profecia que se cumpre por si mesma?”) e, no patamar da legislação, a análise de Ana Sirage Coimbra (“O xadrez dos dados pessoais no acesso à informação laboral – uma reflexão a partir do quadro de pessoal anexo ao Relatório Único”).

Este número é disponibilizado tanto em formato PDF tradicional como em PDF interativo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os autores a submissão dos seus artigos, bem como a todos os revisores que, anonimamente, ofereceram o seu tempo e conhecimentos especializados para colaborar, mediante as suas revisões e sugestões, na excelência e novidade dos textos doutrinários que ora se publicam.

Finalmente, agradecemos às múltiplas entidades públicas e privadas que vêm ajudando a difundir junto da comunidade jurídica interessada a ULPLR, permitindo com isso elevar o impacto dos textos aqui divulgados.

Para si, caro leitor, a Direção da Revista deseja que os textos que aqui encontra sejam de utilidade para o enriquecimento e reforço dos seus futuros textos científicos e ou da sua prática forense, assim contribuindo ativamente para a missão do Direito e para a divulgação da ciência jurídica.

EDITORIAL

After a special issue, dedicated to the research carried out at CEAD Francisco Suárez (Research Outputs), devoted to the Company as a polycentric research object, ULP Law Review (ULPLR) returns to a generalist format, presenting articles from different legal areas. This edition corresponds to the two issues of 2022. ULPLR's intentionality to contribute with a distinctive vision is also affirmed in this issue, which can again count on authors from diverse areas and latitudes, where current and multiple themes also inhabit.

As usual, the 2022 edition begins with the contributions of guest authors, with this issue including an article by Carlos Maria Romeo Casabona ("The attribution of criminal liability for acts committed by intelligent autonomous systems, robotics and related technologies"), followed by an article by Manuel Ángel de las Heras García ("Supports and disability after a year and a half of Law 8/2021"), reflecting the growing Iberian scientific dialogue promoted by ULPLR.

The doctrinal articles section, with double-blind peer-review, starts with Cristina Cruz's article ("Keeping up with the latest working time case law"), and also presents, in the area of Labor Law, Bruno Bessa Lopes/Maria João Machado's article ("On the conversion of a fixed-term employment contract").

In the area of Private Law, the articles of Maria de Lurdes Vargas ("Hashtags in advertising: from consented use to hijacking. Boundaries between illicit practices and freedom of expression") and Cláudio Cardona ("Pactum de quota litis: a deontological analysis from Brazil and Portugal") are published.

In the area of Public Law, this issue features an article by Maria João Melo Tedim ("Global Administrative Law").

In the VARIA section, we have relevant contributions of legislation and

jurisprudence analysis. On the jurisprudence level, we have the analysis of Francisco Briosa e Gala ("The extension of the trial period for first-time job seekers and long-term unemployed workers. Commentary on the Constitutional Court Ruling of May 18, 2021 (Ruling 318/2021)") and Francisco Lemos de Almeida ("Constitutional Court Ruling 268/2022: about a self-fulfilling prophecy?") and, on the legislative level, the analysis of Ana Sirage Coimbra ("The chess of personal data in access to labor information - a reflection from the staff table attached to the Single Report").

This issue is made available both in traditional PDF format and in interactive PDF.

ACKNOWLEDGEMENTS

We would like to thank all the authors for submitting their articles, as well as all the reviewers who, anonymously, offered their time and specialized knowledge to collaborate, through their revisions and suggestions, on the excellence and novelty of the doctrinal texts that are now being published.

Finally, we would like to thank the multiple public and private entities that have been helping to disseminate the ULPLR to the interested legal community, thus allowing to increase the impact of the texts published here.

For you, dear reader, the Executive Board hopes that the texts found here are useful for the enrichment and reinforcement of your future scientific work and/or your forensic practice, thus actively contributing to the mission of Law and to the dissemination of legal science.